

Proálcool: quando

Hoje, o total de energia consumida no Brasil depende em 43% do petróleo, o qual, por sua vez, é 83% importado. E daí? Daí, que estaria tudo muito bem se os países exportadores de petróleo não constituíssem um grupo coeso; se os preços desta energia em extinção não fossem políticos e, acima de tudo, se a política destes preços não estivesse influenciando negativamente em toda nossa economia. Se...

Acontece, porém, que nossa dependência em relação à este produto e ao humor dos seus exportadores, vem tornando mais e mais caótica a situação do mercado interno.

Os países igualmente dependentes e capazes de perceber a gravidade do momento, vêm investindo nas mais diversas formas alternativas de energia, sempre de acordo com as disponibilidades e as possibilidades nacionais. O Brasil criou o Proálcool.

Numa primeira análise, a iniciativa governamental é "louvável", frente à ausência quase geral de planejamentos a longo prazo em nossa economia. Numa segunda análise, entretanto, a coisa fica um pouco mais complexa, pois os objetivos (e incentivos) do Proálcool tendem a se chocar com uma agricultura por tradição abandonada a seu próprio risco e sorte.

Segundo o economista Amaury dos Santos Fassy, assessor do Conselho de Desenvolvimento Econômico, "dentro das metas do Proálcool, apenas a produção a partir de cana-de-açúcar é economicamente viável a curto prazo no Brasil". E aí começam os conflitos, pois a cana sustenta também o

225 e São

mercado interno de açúcar e álcool hidratado, com excedentes exportáveis.

Teoricamente, as áreas de produção de cana "de álcool" não deveriam sobrepor-se às áreas da cana-de-açúcar; mas foi o que aconteceu na prática. Os primeiros 4 anos de Proálcool coincidiram com uma séria crise financeira da agro-indústria açucareira, motivada pelos baixos preços do mercado internacional. Após 75 (ano da criação do Proálcool), os produtores de açúcar passaram a anexar destilarias de álcool carburante às usinas; a ponto destas representarem 54% da capacidade de produção de álcool, no ano passado.

De lá para cá, a tendência do mercado internacional do açúcar inverteu-se. O preço da tonelada do produto passou de US\$ 184 (em 1/2/79) para US\$ 483 (em 1/2/80). Em outras palavras, a produção de açúcar para exportação, desvantajosa nos últimos 4 anos, adquiriu um caráter tentador para aqueles que já estão com a cana nos campos e possuem usinas com capacidade ociosa, isto é, os endividados da agro-indústria açucareira.

Ao mesmo tempo, o governo garante que o Proálcool é "intocável" e que a produção contratada de cana "de álcool" não será trans-

formada em açúcar, embora os técnicos apresentem números surpreendentes. Fernando Homem de Melo, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, por exemplo, afirma que "uma tonelada de cana rende em média 100 kg de açúcar ou 58 litros de álcool. Se os 100 kg de açúcar fossem vendidos no mercado internacional a um preço médio de US\$ 350/t, poderia-se comprar 190 litros de petróleo (1,2 barril) ao preço médio de US\$ 30/barril. No caso destes mesmos 100 kg de açúcar serem transformados em álcool carburante (58 l), seriam economizados 67,83 litros de petróleo".

A questão em si, não é saber se a exportação de açúcar, hoje, é três ou quatro vezes mais compensadora que a produção de álcool. Se o Proálcool é intocável ou não. O alarmante é verificar que um fato tão comum como a flutuação do mercado internacional de açúcar pode comprometer de maneira decisiva todo um programa alternativo de energia, no qual se prevê investir de 30 a 40 bilhões de cruzeiros, apenas este ano.

Chegará o capital nacional a tão distante meta?!...

Uma outra questão que se coloca, igualmente preo-

cupante, é a grandiosidade da meta básica do Proálcool em relação à capacidade de crescimento da agricultura brasileira. O Proálcool pretende atingir 10,7 bilhões de litros em 1985, para, já numa segunda fase, chegar aos 14 bilhões em 87. É possível?

Do ponto de vista técnico, tudo indica que não. O



Liana John

próprio presidente da Bra-sálcool, Francisco de Barros, afirma que "para atender às metas do Proálcool para 85 seriam necessárias 250 novas destilarias, além das existentes. Como a criação de uma plantaçao de cana leva em média 4 anos, os projetos precisam ser implantados em 81 e, portanto, aprovados (todos) ainda este ano. São 250 projetos para serem aprovados em 200 dias úteis, o que dá uma média de 1,7 projetos/dia. Até agora só temos conseguido aprovar cerca de dois por mês".

E não é só isso. Entre as destilarias tidas como "existentes" (as que já foram contratadas), são muitas as que ainda não foram implantadas ou que não tem sequer garantia de financiamento para implantação. Conforme o jornal Gazeta Mercantil (7/3/80), "há 254 propostas de montagem de destilarias enquadradas no Proálcool das quais apenas 166 tiveram andamento. Em termos de capacidade produtiva, isto significa 6,103 bilhões de litros, dos quais 3,843 bilhões estão implantados e/ou em implantação. Com o 1,3 bilhões preexistente ao programa, a capacidade produtiva real do país chega aos 5,1 bilhões de litros".

Este problema, no entanto, não parece afetar os altos escalões governamentais ligados ao programa. O ministro Camilo Penna, da Indústria e Comércio, já deixou bem claro, pela parte que lhe toca, que o Proálcool não vai esperar pela disponibilidade de capital nacional. Se até meados do ano, o "empresário brasileiro continuar relutante em investir no programa", disse, "o governo está disposto a abrir a participação do capital estrangeiro no Proálcool". E, é claro, "os grupos estrangeiros deverão contar com recursos próprios, pois

Proálcool: quando 2^e25 são

não terão qualquer financiamento do governo".

Agindo assim, fácil e objetivamente o governo exige-se de mais encargos e responsabilidades sobre o andamento de mais um programa energético e joga nas mãos do capital estrangeiro parte de, mais um setor básico de nossa economia.

E o Brasil lá tem terra —prá tanto álcool?—

Mas, uma vez contratados os 10,7 bilhões de litros, com as multinacionais ou sem elas, o Proálcool vai enfrentar ainda outra dificuldade de ordem prática: as áreas de plantio. O economista Fernando Homem de Melo adverte que "a agricultura brasileira não tem condições de atender às três metas prioritárias do atual governo que envolvem o setor, quais sejam, as culturas para mercado interno, as culturas para exportação e a cultura de cana com fins energéticos".

Conforme os estudos de Homem de Melo, na hipótese mais pessimista, as culturas de mercado interno necessitariam de 12.664 mil hectares de terras adicionais em 85; as culturas para exportação, 12.156 mil hectares e o Proálcool, para chegar aos 10,7 bilhões de litros, ocuparia cerca de 3 milhões de hectares. No total, portanto, teríamos uma expansão necessária da área cultivada da ordem de 27,82 milhões de hectares, apenas para atingir os objetivos governamentais prioritários até 1985.

Por outro lado, considerando a taxa média de 5%

de crescimento do setor agrícola (em área total), chegaremos a uma incorporação possível de 18,278 milhões de hectares ao processo de produção em 85. Vale ressaltar que a agricultura brasileira nunca registrou tão alta taxa de crescimento, sendo esta, então, a hipótese mais otimista (a taxa média de crescimento tem sido de 3,7%).

Como se pode notar, a capacidade de expansão da agricultura está muito aquém do que o governo pretende do setor. Vai daí que alguma das três metas básicas acabará saindo prejudicada... e não será o Proálcool, com certeza, pois o programa está com tudo em termos de incentivo, principalmente no tocante a financiamentos subsidiados e preços remunerativos.

Dada a necessidade, quase desesperada, de equilibrar a balança comercial e verificando-se a tendência de declínio dos impostos de exportação, também não deverão ser as culturas de exportáveis as mais prejudicadas. Restam os alimentos: o sub setor que menos rentabilidade tem apresentado. E a julgar pela concentração dos projetos agro-industriais de álcool em terras tradicionalmente ocupadas por outras culturas, talvez aí ocorram perigosas substituições.

São Paulo, Alagoas e Rio de Janeiro, por exemplo, foram os estados que maior taxa de crescimento de cultura de cana "de álcool" apresentaram este ano (7%). E não se pode dizer que sejam estes os estados de

maior volume de terras disponíveis no país.

Diante de toda esta gama de entraves, resistiria o Proálcool a uma terceira análise?!

Concluindo, o quadro real que nos aparece pela frente quando vislumbramos o Proálcool não é nada animador. O programa assenta-se sobre bases fictícias, que não só põem em risco os próprios objetivos, como também as culturas básicas, imprescindíveis à sobrevivência de nossa economia.

Os conflitos começam na definição e, no final dos cálculos, já estamos questionando até a validade dos 10,7 bilhões de litros, uma vez que eles não serão capazes sequer de atender à metade do consumo de gasolina em 85. Sem contar que estamos esquecendo do diesel e do óleo combustível, que têm um consumo muito superior ao da gasolina (basta lembrar que hoje o Brasil exporta gasolina por necessitar dos outros derivados do petróleo, que não tem condições de adquirir em separado).

Pensando bem, poderíamos encerrar o assunto perguntando o que é que se pretende, afinal, com o Proálcool, seria uma pergunta existencial perfeitamente cabível no problemático contexto. Mas talvez seja melhor sugerir uma mudança de filosofia no programa, algo que o voltasse para necessidades prioritárias como a substituição do diesel, que atende ao transporte coletivo e ao abastecimento. E não seria necessário desperdiçar tudo o que foi feito até agora, basta nos concentrarmos mais em outras alternativas, como a produção de álcool e óleo vegetal a partir de grãos, por exemplo, e daí por diante. Enfim, perguntem aos técnicos que eles sabem. ■